

# Como o patriarcado está ligado ao sentimento de culpa com sofrimento psíquico em mulheres na sociedade brasileira?

## How is patriarchy linked to feelings of guilt and psychological distress in women in Brazilian society?

Wilkerson Alves Moura, Nágela Natasha Lopes Evangelista.

Faculdade Estácio, Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil.

### Resumo

**Objetivo:** O objetivo deste estudo é compreender como a herança patriarcal estrutura o sentimento de culpa e sua relação com o sofrimento psíquico em mulheres na sociedade brasileira. A revisão foi realizada por meio de levantamento bibliográfico nas bases SciELO, Periódicos CAPES e Google Scholar, utilizando descritores do DeCS relacionados a patriarcado, saúde mental, culpa, mulheres e relações de gênero, incluindo obras clássicas e produções teóricas contemporâneas sobre violência, desigualdade e subjetividade feminina. A síntese dos dados indica que o patriarcado opera como sistema normativo que regula comportamentos e expectativas sociais impostas às mulheres, produzindo padrões internalizados de culpa associados a exigências de desempenho, moralidade e feminilidade hegemônica. Esses mecanismos sustentam desigualdades de gênero e naturalizam violências simbólicas e estruturais que atravessam a vida de mulheres desde a infância, contribuindo para sofrimento psíquico manifestado em ansiedade, depressão, baixa autoestima e sentimentos de inadequação. Observa-se também que o patriarcado se articula a outros sistemas de opressão, como racismo e desigualdade socioeconômica, fortalecendo a reprodução de normas que limitam a autonomia feminina. Conclui-se que a culpa funciona como instrumento de controle social dentro da lógica patriarcal e que seu impacto na saúde mental das mulheres evidencia a necessidade de promover reflexões críticas, práticas educativas e ações sociais que desnaturalizem essas estruturas e favoreçam equidade de gênero, autonomia e saúde integral.

### Abstract

**Objective:** This study aims to understand how patriarchal heritage shapes feelings of guilt and its relationship with psychological distress among women in Brazilian society. The review was conducted through a literature search in SciELO, CAPES Journals, and Google Scholar, using DeCS/MeSH descriptors related to patriarchy, mental health, guilt, women, and gender relations, including classical works and contemporary theoretical studies on violence, inequality, and female subjectivity. The synthesis of findings indicates that patriarchy functions as a normative system regulating behaviors and social expectations imposed on women, producing internalized patterns of guilt linked to performance demands, morality, and hegemonic femininity. These mechanisms sustain gender inequalities and naturalize symbolic and structural violence that affect women from childhood onward, contributing to psychological suffering manifested as anxiety, depression, low self-esteem, and feelings of inadequacy. The literature also shows that patriarchy intersects with other systems of oppression, such as racism and socioeconomic inequality, reinforcing norms that limit women's autonomy. It is concluded that guilt operates as a mechanism of social control within patriarchal logic and that its impact on women's mental health highlights the need for critical reflection, educational practices, and social actions that challenge these structures and promote gender equity, autonomy, and comprehensive well-being.

### Palavras-chave:

Patriarcado;  
Saúde Mental;  
Culpa; Mulheres;  
Relações de  
Gênero.

### Keyword:

Patriarchy;  
Mental Health;  
Guilt; Women;  
Gender  
Relations.

### \*Correspondência para/ Correspondence to:

Wilkerson Alves Moura: [Wilkervida82@hotmail.com](mailto:Wilkervida82@hotmail.com)

## INTRODUÇÃO

Na formação da sociedade brasileira, o modelo de família patriarcal ganhou destaque com a chegada dos colonizadores às terras indígenas. Esse modelo, apresentado ao longo da história, entrelaça-se nas camadas sociais de forma muitas vezes sutil, moldando paradigmas de dominação em diferentes culturas e épocas. Embora as manifestações do patriarcado variem conforme o contexto, sua relação íntima com o poder permite compreender dinâmicas sociais, valores e normas<sup>1</sup>.

Nesse contexto da história humana brasileira, o nexos causal entre patriarcado e poder esteve ancorado, de forma quase imperceptível, nas estruturas sociais — um sistema de ideologias interligado a determinados hábitos que modificaram a dinâmica de poder em diferentes culturas e períodos históricos. Embora o patriarcado se manifeste de maneiras diversas entre as regiões do país, compreender sua relação com o poder pode nos levar a refletir sobre valores, normas e processos de desenvolvimento social.

Desse modo, Chauí<sup>2</sup>, em seu artigo “Participando do debate sobre mulher e violência”, abre uma discussão na qual a violência contra a mulher é entendida como produto de uma representação social de dominação masculina, produzida e reproduzida por homens e mulheres. Assim, diferenças são transformadas em desigualdade com o objetivo de dominação, opressão e exploração. Passividade e silêncio se articulam com as condições impostas pelas diferenças e pelos objetivos da dominação. Portanto, a autora compreende que essa violência não se trata apenas de uma transgressão de normas sociais e legais, mas resulta de um jogo de forças que sustenta a dominação do homem sobre a mulher<sup>2</sup>.

Nesse sentido, e de acordo com Verztman<sup>3</sup>, o sentimento de culpa relacionado ao sofrimento psíquico em mulheres é construído e internalizado, não dependendo necessariamente do julgamento externo. A culpa estaria ligada a algo que poderia ser reparado, tornando-se um hábito emocional associado ao não alcance de metas idealizadas baseadas em expectativas socialmente construídas. Consoante a isso, o presente trabalho pode ser descrito como um ensaio teórico, tendo como objetivo compreender como a herança patriarcal estrutura a culpa e sua relação com o adoecimento mental de mulheres na sociedade brasileira.

Conforme Minayo<sup>4</sup>, a violência é um aspecto biopsicossocial decorrente da convivência em sociedade. Entretanto, há consenso entre estudiosos de que ela não faz parte da natureza humana, tampouco possui raízes biológicas. Assim, para sua compreensão, faz-se necessária uma análise do contexto histórico, sociológico e antropológico, refletindo sobre a ligação entre questões sociais, culturais, econômicas, morais e psicológicas.

Este estudo caracteriza-se como uma revisão narrativa de literatura, cujo objetivo foi analisar a relação entre patriarcado, sentimento de culpa e sofrimento psíquico em mulheres na sociedade

brasileira. Para a construção do corpus teórico, realizou-se um levantamento bibliográfico entre janeiro e março de 2025 nas bases SciELO, Google Scholar e Periódicos CAPES, complementado por obras clássicas de referência nos campos da sociologia, psicologia, filosofia e estudos de gênero. Utilizaram-se os seguintes descritores do DeCS/MeSH e seus equivalentes em inglês: *Patriarcado (Patriarchy)*, *Mulheres (Women)*, *Culpa (Guilt)*, *Saúde Mental (Mental Health)* e *Relações de Gênero (Gender Relations)*.

Foram incluídos trabalhos que abordassem o patriarcado como sistema sociopolítico, suas implicações na subjetividade feminina, processos de culpa, desigualdades de gênero e sofrimento psíquico. Excluíram-se estudos voltados estritamente a análises estatísticas, pesquisas clínicas e materiais que não dialogavam com a perspectiva teórica proposta. A seleção das obras ocorreu por relevância temática, consistência teórica e pertinência para a discussão crítica. Após a leitura preliminar, o material foi categorizado em eixos temáticos que permitiram compreender a articulação entre patriarcado, processos de subjetivação, mecanismos de controle social, intersecções com racismo e impactos na saúde mental de mulheres. A revisão foi conduzida de forma crítica, enfatizando a interpretação dos autores, a contextualização histórica e a articulação entre os achados teóricos, buscando produzir uma síntese coerente e alinhada ao campo da Educação em Saúde.

## DESENVOLVIMENTO

### O poder do patriarcado

O patriarcado é um sistema social em que homens adultos concentram poder político, autoridade moral, privilégios sociais e controle sobre propriedades. Trata-se de um modelo sociopolítico no qual o gênero masculino e a heterossexualidade predominam e exercem dominação sobre outros grupos<sup>5</sup>.

O Brasil, sendo uma nação marcada pela diversidade cultural, histórica e por múltiplas influências, reflete em sua essência dinâmicas que também ocorreram ao redor do mundo. Sua complexa realidade sociopolítica nos convida a análises tanto peculiares quanto universais sobre o poder patriarcal.

Connell<sup>6</sup> afirma que o patriarcado, em décadas passadas, estende-se para além da hierarquia de gênero, sendo um sistema de grande complexidade. Dessa forma, a exploração desse tema se amplia por várias interfaces, não se limitando a um campo específico.

Nesse sentido, Walby<sup>7</sup> aponta que o termo “patriarcado” nos conduz à compreensão de como o poder se estabelece nas sociedades ao redor do mundo. Ele se traduz como a dominação do gênero feminino pelo masculino, tanto de forma individual quanto coletiva. Ao longo dos anos, esse sistema esteve presente em diferentes esferas, manifestando-se não apenas nas relações intergênero, mas também nas estruturas econômicas, políticas e sociais.

Historicamente, o patriarcado emergiu na estrutura familiar, destacando a figura paterna como detentora do poder sobre a mulher e os filhos. Dessa estrutura é que o patriarcado se fragmenta para outros setores da sociedade, valorizando a figura masculina como dominante e superior em posições políticas, econômicas e sociais<sup>8</sup>.

Dentro dessa perspectiva, o patriarcado se consolida e se manifesta por meio da dominação masculina sobre o gênero feminino nas principais instituições sociais. Assim, limita o acesso ao poder, desigualando direitos das mulheres nos papéis sociais definidos pelo sistema patriarcal. Entretanto, essa limitação não implica ausência total de direitos, influência ou recursos. Um desafio maior é identificar as diversas formas de manifestação histórica do patriarcado e suas transformações frente às lutas femininas. O patriarcado expressa sua dominância por meio da presença masculina nas instituições, enquanto o paternalismo seria uma manifestação específica dessa relação<sup>8</sup>.

A manifestação mais visível do patriarcado encontra-se na formação das relações de poder enviesadas a favor dos homens<sup>9</sup>. Segundo Foucault<sup>10</sup>, o poder não é uma ferramenta exclusiva de um grupo opressor, mas um fenômeno que se estabelece nas relações sociais cotidianas. Assim, o patriarcado estrutura o poder nas relações sociais, dando preferência aos homens e desfavorecendo as mulheres<sup>5</sup>.

No âmbito econômico, estruturas ideológicas patriarcais reforçam a discriminação e restringem o acesso das mulheres a esse setor. Pesquisas demonstram que mulheres estão menos representadas em áreas com melhores salários e frequentemente sobrecarregadas pelo trabalho não remunerado, uma lógica reforçada pelo próprio sistema de dominação patriarcal<sup>11, 12</sup>.

Sob a perspectiva de Federici<sup>13</sup>, o patriarcado fortaleceu-se ainda mais com a articulação entre capitalismo e divisão sexual do trabalho. Essa força pode ser identificada na forma como homens ocupam predominantemente espaços produtivos, enquanto as mulheres são direcionadas às funções de reprodução social.

Estudos apontam que mulheres foram historicamente destinadas a funções consideradas femininas, recebendo salários baixos, tendo seu trabalho invisibilizado e sendo excluídas de posições de liderança. O trabalhador ideal foi, por muito tempo, um homem capaz de se dedicar integralmente ao emprego, enquanto sua esposa cuidava da casa e da família. Quando a mulher ingressa no mercado de trabalho, sua carga se intensifica, pois assume dois turnos: o do trabalho remunerado e o do trabalho doméstico<sup>14</sup>.

## Panorama da culpa

Já na perspectiva da culpa, ela se apresenta sob diferentes olhares, recebendo enfoque e ênfase conforme o contexto em que é discutida. As definições sobre o sentimento de culpa são diversas e não se limitam às apresentadas aqui, existindo outros autores e áreas de estudo que também aprofundam o tema. O dicionário Aurélio, por exemplo, classifica a culpa como uma ação negligente ou imprudente, um delito, uma falta voluntária, a transgressão de uma norma religiosa ou ainda a conduta de praticar ou omitir algo prejudicial<sup>15</sup>.

No contexto da teoria criacionista, a culpa está associada à transgressão cometida por Adão e Eva ao desobedecerem à norma divina que proibia o consumo da fruta da árvore do conhecimento do bem e do mal<sup>15</sup>. Assim, o sentimento de culpa estaria ligado ao não cumprimento de uma determinação divina.

Com o passar do tempo e conforme a cultura se transforma, o significado da transgressão também se modifica. A partir dessas mudanças, estabelecem-se códigos de moralidade que definem o que é suscetível de gerar culpa em determinados tempos e lugares. A punição, nesse contexto, funciona como um mecanismo de repressão de comportamentos considerados inadequados, reforçando no psiquismo a sensação de culpa<sup>16</sup>.

Em sua obra *O mal-estar na civilização*, Freud discute o sofrimento inerente à vida em sociedade e as dificuldades para alcançar a felicidade. Para o autor, as exigências externas, os conflitos nas relações humanas e a vulnerabilidade do corpo geram sofrimento constante<sup>17</sup>. Logo, torna-se necessário compreender a culpa nas relações sociais e como ela se articula com outras formas de sofrimento, como o racismo.

### *Culpa nas relações sociais e sua perpetuação com o racismo*

A história da raça teve origem, em um primeiro momento, na classificação de plantas e animais e, posteriormente, passou a abarcar os seres humanos. Por trás da ideia de raça, há sempre uma relação de poder, conflito e a noção de superioridade sobre determinados grupos. A constituição política e econômica da sociedade contemporânea e histórica está intimamente ligada à história da raça ou das raças<sup>16</sup>.

No século XVI, o ideário filosófico do Renascimento forneceu a base para classificar o “homem universal”. Povos e culturas que não pertenciam ao sistema europeu eram vistos como separados ou inferiores. A base material dessa classificação foi construída pela expansão mercantilista e pela descoberta do “Novo Mundo”. Dessa forma, as circunstâncias históricas do século XVI deram um sentido específico à ideia de raça<sup>16</sup>.

Nesse mesmo viés, os autores apontam que os séculos das luzes passaram a considerar o homem como seu “principal objeto”, dando ênfase ao projeto de transformação social. O que se apresentou de novo nessa corrente filosófica foi enxergar o ser humano em suas múltiplas dimensões: biológica, econômica, psicológica e linguística. Sob outra ótica, o Iluminismo tornou-se uma ferramenta capaz de promover comparações e, posteriormente, classificações com base em características físicas e culturais. Foi nesse ponto da história que nasceu a distinção filosófico-antropológica entre “civilizado” e “selvagem”, que, séculos adiante, transformou-se na oposição entre “civilizado” e “primitivo”<sup>16</sup>.

## Racismo como Mecanismo de poder

Segundo Foucault<sup>10</sup>, a sociedade é compreendida em seu funcionamento por diversos mecanismos que a mantêm organizada. Em seu discurso sobre o racismo — que posteriormente se tornou o livro *A genealogia do racismo* — o autor discorre sobre duas perspectivas centrais. Na primeira, o racismo se apresenta como uma guerra de raças, fundamentada na luta pela sobrevivência, onde a justificativa seria a preservação e continuidade do grupo, mantendo sua ideologia e sua história. Na segunda perspectiva, uma visão biológica e evolucionista classificaria as raças como inferiores ou superiores, oferecendo base para discursos de dominação e controle, efetivando o exercício de poder<sup>21</sup>.

Assim, o racismo se fundamenta nas relações de poder presentes na sociedade, transitando entre indivíduos no cotidiano e promovendo discursos que se estabelecem como verdades. A ideia de raça e de sobreposições raciais constitui uma verdade sustentada por estruturas históricas e políticas. O colonialismo, nesse contexto, foi responsável por instituir uma lógica que rejeitava a miscigenação e incentivava a europeização, associada à promessa de modernização econômica no início da industrialização<sup>18</sup>.

Outro elemento de poder foi o incentivo à vinda de imigrantes europeus para “embranquecer a sociedade brasileira”, com o objetivo de apagar o passado colonial e aproximar o país do modelo considerado civilizado. Paralelamente, o esforço de impor a língua portuguesa aos povos indígenas revela a tentativa de manter a língua — e, simbolicamente, a raça dominante — como instrumento de poder<sup>19</sup>.

Podemos perceber, a partir da análise de Foucault<sup>10</sup>, que há um conflito entre raças sustentado pela força, que busca impor determinadas verdades e garantir sua preservação. Essa dinâmica se confirma na história de Malcolm X, marcada por humilhação, vergonha e ameaças constantes, resultantes de perseguições políticas e de estruturas racistas que tratavam pessoas negras de maneira desumana. Esse tratamento degradante pode ser comparado a uma guerra psicológica, reforçando a ideia de raça inferior e produzindo sentimentos de culpa, desejo de morte e até o aniquilamento da existência<sup>20</sup>.

## A formação da consciência e a transformação social na perspectiva sociológica de Karl Marx

Karl Marx, em seus escritos, dedicou grande atenção aos conflitos presentes na sociedade, especialmente às lutas de classe, tema central em sua obra *O Capital*. Para Marx<sup>21</sup>, a consciência do ser humano advém das situações vivenciadas ao longo da vida, das atitudes sociais e das interações que o indivíduo estabelece com outros dentro da sociedade. A infraestrutura na qual essa sociedade se desenvolve constitui a base que molda a consciência, derivada das experiências do sujeito no processo de produção econômica, que por sua vez determinam a formação dessa consciência<sup>21</sup>.

Segundo Marx<sup>21</sup>, a mudança social ocorreria por meio da decadência e substituição do sistema opressor — o capitalismo — pela chamada “ditadura do proletariado”, que seria instaurada em seu lugar. O autor defende que a transformação da sociedade se daria pela consciência de classe, que deve emergir da classe oprimida<sup>21</sup>.

Ainda de acordo com Marx<sup>21</sup>, o materialismo histórico estabelece que a condição material é essencial para formar o ser humano e todas as coisas. O material antecede o pensamento. Essa teoria se contrapõe ao idealismo, que entende que a realidade é moldada por ideias. Para o materialismo histórico, a matéria conforma a realidade na qual vivemos, enquanto o idealismo sustenta que a realidade é edificada pelas concepções humanas. Dessa forma, no pensamento marxista, a condição material determina a consciência do ser, e não o contrário; além disso, o modelo de produção econômica caracteriza o desenvolvimento social, cultural e histórico de uma sociedade<sup>21</sup>.

## O patriarcado e o sentimento de culpa com sofrimento psíquico em mulheres na sociedade brasileira

Na literatura, observa-se que o patrimonialismo surge como uma evolução do patriarcado, sendo moldado por relações de dependência entre o senhor e seus familiares ou entre o soberano e seus subordinados burocráticos. Diferentemente do feudalismo, que se baseia em parcerias entre iguais, o patrimonialismo destaca-se pela subordinação dos funcionários desprovidos de poder ao senhor. Essa relação se assemelha à escravidão e, segundo Weber, guarda semelhança com vínculos de devoção familiar<sup>22</sup>.

No estudo citado por Colling<sup>5</sup>, constata-se que, embora existissem modelos e normas regulamentares que as mulheres deveriam seguir para serem consideradas “honradas”, havia aquelas que não se enquadravam nesses padrões, seja por situações temporárias ou permanentes relacionadas ao seu estilo de vida. Tais padrões eram, em sua maioria, impostos às mulheres brancas, pois as escravas, negras alforriadas e mulheres mestiças já eram previamente estigmatizadas pela sociedade, sendo vistas

como “sem honra”. No entanto, até mesmo as mulheres brancas nem sempre conseguiam manter esse ideal, especialmente as mais pobres. Muitas delas foram as primeiras a trabalhar fora de casa, o que, em diversos casos, as rotulava como “mulheres públicas”.

Em síntese, observa-se que o sistema patriarcal encontrou múltiplos aliados históricos que contribuíram para sua perpetuação. Normas como as Ordenações Filipinas e o Código Civil de 1916 permitiam punições severas — incluindo o assassinato de mulheres — práticas legitimadas por discursos sociais e jurídicos. Esses valores, devido à sua durabilidade, enraizaram-se tanto no imaginário masculino quanto no feminino, perpetuando desigualdades e violências<sup>5</sup>.

Da mesma forma, ao longo do tempo, a cultura e as mentalidades naturalizaram a violência contra a mulher e consolidaram a desvalorização do feminino como uma verdade incontestável, preservando a defesa da honra masculina. As leis, especialmente o Código Civil de 1916, reduziram a mulher a uma condição de quase inexistência, evidenciando o impacto do patriarcado na sociedade. Até mesmo as Constituições brasileiras — com exceção da de 1988 — ignoravam a mulher como sujeito pleno de direitos, reforçando desigualdades históricas fruto do sistema patriarcal<sup>5</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patriarcado é um sistema de organização social baseado na hierarquia e no poder masculino, constituindo-se como uma estrutura central na sociedade brasileira. Ao longo dos anos, as mulheres têm sido oprimidas e subjugadas por meio dessa estrutura, o que tem gerado sentimento de culpa e sofrimento psíquico em muitas delas. O presente trabalho teve como objetivo analisar de que forma o patriarcado está ligado ao sentimento de culpa e ao sofrimento psíquico em mulheres na sociedade brasileira.

Foram realizadas pesquisas de análise crítica e discussão teórica sobre o tema, permitindo identificar que o patriarcado afeta diretamente a vida das mulheres desde a infância até a idade adulta, por meio de normas de comportamento e valores impostos pela sociedade. Tais imposições levam as mulheres a internalizarem crenças e padrões machistas, resultando em uma sensação de culpa por não corresponderem a expectativas idealizadas. Além disso, a opressão e a desigualdade de gênero presentes na sociedade brasileira frequentemente resultam em sofrimento psíquico, manifestado em quadros de ansiedade, depressão, baixa autoestima e transtornos emocionais.

Conclui-se que o patriarcado e o sentimento de culpa estão profundamente entrelaçados e desempenham papel significativo no desenvolvimento de sofrimento psíquico entre mulheres. Torna-se necessário promover reflexões críticas e desconstruções dos padrões impostos pela estrutura patriarcal, a fim de contribuir para a libertação das mulheres desse sentimento de culpa e possibilitar uma vida mais saudável, igualitária e livre de opressões.

## DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE

Nada a declarar.

**Forma de citar este artigo:** Moura WA, Evangelista NNL. Como o patriarcado está ligado ao sentimento de culpa com sofrimento psíquico em mulheres na sociedade brasileira? *Rev. Educ. Saúde* 2026; 14 (1): e2026003.

### REFERÊNCIAS

1. Días R, Matos F. Patriarcado e o poder: uma abordagem interdisciplinar. *RECIMA21 Rev Cient Multidiscip.* 2023;4(8):e483939.
2. Chauí M. Participando do debate sobre mulher e violência. *Perspectivas Antropol Mulher.* 1985;4:23-62.
3. Verztman J. Embaraço, humilhação e transparência psíquica: o tímido e sua dependência do olhar. *Ágora Estud Teor Psicanál.* 2014;17:127-40.
4. Minayo MCS. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cad Saúde Pública.* 1994;10(Suppl 1):S7-S18.
5. Colling AM. Violência contra as mulheres – herança cruel do patriarcado. *Divers Educ.* 2020;171-94.
6. Connell R. Gender, health and theory: conceptualizing the issue in local and world perspective. *Soc Sci Med.* 2012;74(11):1675-83.
7. Walby S. Theorising patriarchy. *Sociology.* 1989;23(2):213-34.
8. Lerner G. A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix; 2020.
9. Kandiyoti D. Negociando com o patriarcado. *Gênero Soc.* 1988;2(3):274-90.
10. Foucault M. *Vigiar e punir.* Rio de Janeiro: Leya; 2013.
11. Duflo E. Women empowerment and economic development. *J Econ Lit.* 2012;50(4):1051-79.
12. Benería L, Berik G, Floro MS. *Gender, development and globalization: economics as if all people mattered.* 2nd ed. New York: Routledge; 2015.
13. Federici S. *Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais.* São Paulo: Elefante; 2019.
14. Pateman C. *O contrato sexual.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2013.
15. Ferreira ABH. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa.* Rio de Janeiro: Positivo; 2009.
16. Raposo PL, Almeida RS, Santos SCM. O pensamento decolonial como estratégia de enfrentamento ao racismo estrutural no contexto escolar. *Praxis Educ.* 2021;16.
17. Freud S. *O mal-estar na civilização.* São Paulo: LeBooks Editora; 2019.
18. Aguiar N. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. *Soc Estado.* 2000;15:303-30.
19. Souza N. A influência da religião europeia na cultura brasileira: da religião mágica à religião crítica. *Rev Cult Teológica.* 2015;86:108-29.
20. Silva AJ, Pereira CS, Pereira AJS. A culpa, o racismo e a psicopatologia: uma reflexão. *Protestant Rev.* 2014;32:86-92.

21. Marx, Karl; Engels, F. El Capital, Libro III. 1967.
22. Federici S. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante; 2017.